

## APRESENTAÇÃO

A revista *Pontos de Interrogação*, neste Volume 3, N. 2, volta dedicada à reflexão sobre a questão da produção de uma cultura negra e popular no Brasil e na diáspora africana. Assim, reuniu autores brasileiros de instituições diversas e dois estrangeiros, uma argentina e um centro-africano, radicado na França, autores de trabalhos que abordam temáticas e problemas variados relacionados à presença negra no Brasil e em outros contextos pós-coloniais. Todos os autores aqui reunidos atenderam à provocação do organizador deste número da *Pontos de Interrogação* ao defender que existem dimensões sociais, históricas, aspectos das tradições e práticas culturais elaboradas pelos negros que remetem ou mesmo inscrevem uma alteridade em relação a outros grupos raciais, também compreendidos como constructos definidos social, cultural e historicamente. Esta alteridade se definiu pela tragédia da colonização europeia, pela escravidão de povos africanos, pela memória de África na diáspora, por estigmas suscitados pelo epíteto “negro”, pelo racismo, pela desigualdade racial, por perspectivas de “embranquecimento” ou “enegrecimento” e pela expectativa em relação à subalternidade e certo atavismo atribuído também às práticas culturais elaboradas por aqueles nomeados, depois da travessia do Atlântico, como “negros”. Não se trata, portanto, de sinonimizar ou substituir a categoria negro por outras aparentadas tais como afro-brasileiro ou afrodescendente. Uma vez que, ambas genéricas, apontam para a nacionalidade excludente, para uma mediação embranquecida ou para uma supraterritorialidade inercial. Além disso, se fez uma provocação no sentido de que no estado-nação afro-diaspórico e brasileiro, o popular é definido como o negro e aquilo que remete a ele: a pobreza, um jeito de ser sincopado e permissivo, o mulatismo, o samba ou o futebol. Ou seja, o negro como o popular no Brasil é ao mesmo tempo o que se afirma em elegia da nacionalidade, mas também o que se interdita em espaços de poder, de prestígio e visibilidade social ampla como é o caso da pouca expressiva presença negra nos

meios de comunicação, nos cursos de alto prestígio das universidades, nas instituições públicas que controlam o estado nacional ou naquelas privadas que produzem e acumulam riqueza material. É como se houvesse uma esquizofrenia simbólica e cultural no modo como este estado-nação se define e se enuncia para o mundo. Neste sentido, os trabalhos publicados neste número – dez artigos, duas resenhas e uma entrevista - revelam diversos locais de fala, diversos aspectos relacionados à cultura negra e popular, assim como problematizam e discordam da própria ideia de uma cultura negra e/ou popular motivadora deste número da *Pontos de Interrogação*.

No primeiro artigo, “De sobrevivências culturais africanas a uma cultura negro-africana e popular no Brasil”, Ari Lima discute como, a partir do final do Século XIX, a presença de africanos e descendentes assim como a produção cultural dos mesmos foi problematizada em dois autores, Raimundo Nina Rodrigues e Gilberto Freyre, que serviram de referência para constituição de um campo de estudo das relações raciais e de uma cultura negra no Brasil. Para o autor, a discussão é de grande relevância na medida em que já no Século XIX, o Brasil pretendia se elevar ao patamar civilizatório das nações modelos, porém culturalmente sabia ser definido pelo aporte de culturas compreendidas como inferiores e primitivas, atribuídas aos indígenas e, particularmente, a africanos e descendentes. No caso destes últimos, africanos e descendentes, já no século XIX, se esboçava o dilema, que ganhou mais fôlego no século XX, de compreendê-los como sujeitos de uma cultura afro-brasileira, afro-descendente, popular ou negra. O artigo pretende se inserir no debate sobre este dilema cultural e, do mesmo modo, defender o argumento de que temos uma cultura negro-africana e popular no Brasil.

No segundo artigo, “Bozalengo’, esta boca no es mia: la voz del sujeto popular negro en los testimonios (latino) americanos y caribeños”, Victorien Lavou Zoungbo argumenta que, com a o triunfo da revolução cubana em 1959, um dos objetivos políticos dos revolucionários era implantar uma cultura anti-burguesa e anti-imperialista. A prática institucionalizada do testemunho constituía, portanto, um dos espaços onde se flagrava esta “nova cultura”. Heróis populares, muitos deles negros, tinham desta maneira acesso à autoridade da palavra escrita. Neste sentido, Lavou pergunta o que significa realmente, no caso do sujeito negro popular, “falar” quando durante muitos séculos foram considerados política e legalmente uma

“peça”, “uma ferramenta útil”? Como “falar” de um lugar, tão marcado por antigas estruturas sociais e imaginação, como é o caso das Américas/Caribes?

No terceiro artigo, “A fotografia e seus usos no candomblé da Bahia”, Lisa Earl Castillo apresenta uma reflexão muito curiosa sobre a presença da fotografia nos terreiros de candomblé. A autora afirma que a fotografia no candomblé é frequentemente entendida apenas como uma prática externamente imposta, o que teria dado origem às conhecidas restrições sobre a fotografia em muitos terreiros. Também examina os usos da fotografia no candomblé, mostrando que, apesar de existirem receios reais, alguns gêneros específicos de imagens são valorizados nos terreiros desde o século XIX. Afirma ainda a autora que as diversas atitudes sobre a fotografia e as práticas que as envolve são marcadas por uma epistemologia híbrida, influenciada tanto por valores africanos quanto pelo contexto social no qual o candomblé surgiu no Brasil.

No quarto artigo, “Proferindo quilombo: cantos épicos latino-americanos de descolonização e liberdade”, Paula Cristina Vilas apresenta uma escuta de três obras – produções artístico-culturais brasileiras da segunda metade do século XX (*Teatro Experimental do Negro* fundado por Abdias do Nascimento, editor do jornal *Quilombo* na década de 1950; o filme *Ôrí* dirigido por Raquel Gerber com textos e locução da historiadora Beatriz Nascimento, nos finais dos 70; e a *Missa dos Quilombos* de Pedro Casaldáliga, Pedro Tierra e Milton Nascimento, de 1981), com o intuito de embasar uma dimensão filosófica e mito-poética da noção de Quilombo.

No quinto artigo, “Usos do duplo sentido na música popular do Brasil: algumas notas sobre o corpo das baianas”, Francisco Antonio Nunes Neto, ao tomar como referência algumas dentre as muitas composições do cancionário popular produzidas no Brasil entre os anos 30 e 90 do século XX, discute de maneira introdutória e preliminar o uso do recurso do *duplo sentido* em composições musicais que têm o corpo das baianas como objeto, tema e elemento de inspiração, a partir dos binômios “corpo e sensualidade”, “corpo e comida” e “corpo e religiosidade”.

No sexto artigo, “Ecos de viola no samba de tamborete”, Quercia Oliveira, ao perguntar sobre os impactos do processo de patrimonialização do samba de roda do Recôncavo baiano em manifestações que lhe guardam proximidade, articula uma reflexão acerca do samba de

véio e seus praticantes, localizados na comunidade do Rodeadouro, Juazeiro-BA. Para tanto, discute os relatos e falas de seus sujeitos de pesquisa, entendidos como fontes históricas a partir das perspectivas etnográficas e do ponto de vista da história oral.

No sétimo artigo, “Samba de Roda: visibilidade, consumo cultural e estética musical”, Katharina Döring argumenta que o samba de roda baiano representa valores estéticos e significados multifacetados enraizados na vida comunitária. Segundo a autora, desde que se tornou patrimônio imaterial, o samba de roda e seus protagonistas inseridos na vida comunitária estão sendo submetidos a uma série de representações estéticas produzidas para públicos comunitários, estudantis, alternativos e comerciais. O artigo proposto descreve a diversidade geocultural, musical e estética de grupos de samba de roda e aprofunda a relação com a situação performática através de uma reflexão sobre a prática estética e recepção acadêmica do consumo cultural.

No oitavo artigo, “A capoeira dos mestres Pastinha, Bimba e Cobrinha Verde no acervo do Museu Afro-Brasileiro da UFBA”, Joseania Miranda Freitas, José Joaquim de Araújo Filho e Jean Herbert Batista Brito apresentam algumas reflexões sobre o estudo da Coleção de Capoeira do Museu Afro-Brasileiro, da Universidade Federal da Bahia, MAFRO/UFBA. Esta coleção abarca peças pertencentes a três importantes mestres baianos, que começaram a jogar capoeira nas primeiras décadas do século XX, momento histórico em que a capoeira ainda era considerada uma atividade marginal.

No nono artigo, “A identidade cultural nas cantigas de capoeira”, Marcela Guedes Cabral toma por substrato de análise as cantigas de capoeira produzidas nos moldes tradicionais, por acreditar que estas expressam elementos da identidade cultural afro-brasileira, ao mesmo tempo em que participam da sua construção e afirmação. O trabalho de análise desta autora lançou mão de um conjunto técnico-instrumental que envolve, principalmente, o levantamento bibliográfico, e o estabelecimento de quadro de análise com base na metodologia das Representações Sociais.

No décimo artigo, “Festa no quilombo: mestres e cantadores de cocos na Jurema”, Marinaldo José da Silva se propõe a mostrar uma experiência de pesquisa de campo sobre uma manifestação da cultura popular que se coloca entre a oralidade e a escritura. Neste sentido, descreve uma homenagem e reconhecimento do Mestre Malunginho, líder negro que se ele-

vou à divindade na Jurema Sagrada, assumindo a patente de Rei da Jurema, firmando-se na tradição oral e teológica nordestina como defensor espiritual, posto este que o diferencia de Zumbi dos Palmares que não “baixa” nos terreiros, mas que os une enquanto personagens imprescindíveis nas lutas históricas negras por liberdade nacional.

Além disso, caro leitor, você terá o prazer de ler duas resenhas, elaboradas por Helen Campos Barbosa e Vandelma Silva Santos, e uma interessante entrevista com a pesquisadora Yeda Pessoa de Castro realizada por Celina Márcia de Souza Abbade.

Boa leitura!

Ari Lima (Pós-Crítica/UNEB)

